

## SEÇÃO: ENTREVISTAS

### Outra universidade é possível: entrevista com Pedro Demo

---

### Otra universidad es posible: entrevista con Pedro Demo

---

### Another university is possible: an interview with Pedro Demo

Pedro Demo<sup>1</sup>, Joaci Pereira Furtado<sup>2</sup>

#### RESUMO

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e atual docente do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB, o sociólogo Pedro Demo é estudioso da Filosofia da Ciência, da Pedagogia e das Ciências Sociais, com mais de cem livros publicados, tendo colaborado com Darcy Ribeiro no projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Nesta entrevista, concedida por e-mail, condensa suas teses sobre o “instrucionismo” ainda vigente nas universidades brasileiras, enfatiza a urgência em transformar os estudantes universitários em autores do conhecimento – e não em meros reprodutores dele –, explica porque as publicações científicas primam mais pela quantidade do que pela qualidade (valorizando mais o artigo que o livro), detalha sua reflexão sobre a extensão como a “má consciência” da universidade e propõe que a arquitetura desenhe os campi universitários inspirando-se no bazar persa. O objetivo dessa entrevista – desenvolvida em diálogo por escrito com o entrevistador – é retomar algumas reflexões que Demo expôs no livro *Outra universidade*.

**Palavras-chave:** instrucionismo; aula; universidade; aprendizagem; conhecimento.

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

ORCID ID <https://orcid.org/0000-0002-5514-2781>. E-mail: [pedrodemo@gmail.com](mailto:pedrodemo@gmail.com)

<sup>2</sup> Autônomo, São Paulo, SP, Brasil.

ORCID ID <https://orcid.org/0000-0002-2711-701X>. E-mail: [joacif@hotmail.com](mailto:joacif@hotmail.com)

## RESUMEN

Profesor emérito de la Universidad de Brasilia (UnB), ex presidente del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira y actual profesor del Programa de Posgrado en Derechos Humanos y Ciudadanía de la UnB, el sociólogo Pedro Demo es estudioso de la Filosofía de la Ciencia, de la Pedagogía y de las Ciencias Sociales, con más de cien libros publicados, habiendo colaborado con Darcy Ribeiro en el proyecto de los Centros Integrados de Educación Pública (CIEPs). En esta entrevista, concedida por correo electrónico, condensa sus tesis sobre el "instructivismo" aún vigente en las universidades brasileñas, enfatiza la urgencia de transformar a los estudiantes universitarios en autores del conocimiento, en lugar de meros reproductores del mismo, explica por qué las publicaciones científicas privilegian más la cantidad que la calidad (valorando más el artículo que el libro), detalla su reflexión sobre la extensión como la "mala conciencia" de la universidad y propone que la arquitectura dibuje los campus universitarios inspirándose en el bazar persa. El objetivo de esta entrevista, desarrollada en diálogo por escrito con el entrevistador, es retomar algunas reflexiones que Demo expuso en el libro *Otra universidad*.

**Palabras clave:** instrucionismo; clase; universidad; aprendizaje; conocimiento.

## ABSTRACT

Emeritus Professor at the University of Brasília (UnB), former president of the National Institute for Studies and Research in Education Anísio Teixeira, and current faculty member of the Graduate Program in Human Rights and Citizenship at UnB, sociologist Pedro Demo is a scholar of Philosophy of Science, Pedagogy, and Social Sciences, with over a hundred published books. He collaborated with Darcy Ribeiro on the project of Integrated Centers of Public Education (CIEPs). In this email interview, he condenses his theses on the prevailing "instructivism" in Brazilian universities, emphasizes the urgency to transform university students into authors of knowledge rather than mere reproducers of it, explains why scientific publications prioritize quantity over quality (valuing articles more than books), details his reflection on outreach as the "bad conscience" of the university, and proposes that architecture should design university campuses inspired by the Persian bazaar. The purpose of this interview, conducted through written dialogue with the interviewer, is to revisit some of the reflections Demo presented in the book *Another University*.

**Keywords:** instrucionism; classroom; university; learning; knowledge.

## INTRODUÇÃO

Esta entrevista nasceu de longa e intensa correspondência – iniciada em fevereiro de 2022 – entre o entrevistador, então docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, e Pedro Demo, professor emérito da Universidade de

Brasília, de cujo Departamento de Sociologia é professor titular aposentado e onde atualmente leciona no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania. Generoso, Demo se dispôs a refletir – agora numa entrevista formal, sempre por e-mail, entre 11 e 25 de fevereiro de 2023 – com seu interlocutor sobre os dilemas que atravessam a universidade pública brasileira contemporânea, especialmente as federais, e revelou-se contundente quanto às críticas consignadas em seu provocativo *Outra universidade*, pequeno livro publicado em 2011. Na presente entrevista, o sociólogo doutor pela Universidade do Sarre (Alemanha) reitera suas críticas, sobretudo quanto às práticas pedagógicas na universidade – que, segundo ele, são “instrucionistas”, isto é, apegadas à repetição de conteúdos prontos para uma plateia passiva ou, quando muito, reativa. Com larga experiência docente e na pesquisa, autor de obras seminais como *Dialética da felicidade* (DEMO, 2001) e *A força sem força do melhor argumento: ensaio sobre "novas epistemologias virtuais"* (DEMO, 2010), Demo é, segundo o teólogo católico Leonardo Boff, “uma das mentes mais brilhantes e menos aproveitadas de nosso país” (BOFF, 2014).

## ENTREVISTA

**Em *Outra universidade* o senhor diz que o atual modelo de universidade é “perdulário nos gastos, está entupido de professores que apenas dão aulas (menos da metade seria suficiente), é frequentado por número muito baixo de alunos, se faz marcadamente a serviço da elite e com muito pouca pesquisa e baixos salários, em vista da ‘dedicação exclusiva’” (DEMO, 2011, p. 21). Passados doze anos – e dez de vigência da política de cotas –, o senhor mantém suas afirmações?**

Em mais de dez anos muita coisa mudou e aprendi novidades. Hoje temos a tecnologia digital disponível, com promessas e ameaças contundentes. Manteria que, se for só para dar aula (repassar conteúdo), plataformas digitais são mais efetivas, além de facultarem acesso ubíquo. Trazer o aluno à universidade para ouvir conteúdo copiado e para ser copiado não faz sentido, além de sacrificar inutilmente o estudante. Aulas vão continuar, mas aquelas de professores autores que as ministram para informar sobre suas teorizações e resultados. Aprendizagem ocorre na mente do estudante, não na aula, que é mediação, e exige protagonismo dele, ou, mais concretamente, exige “atividades de aprendizagem”. Os estudantes virão à universidade para outras funções, em especial atividades de aprendizagem (ler, estudar, elaborar, pesquisar, buscar orientação, socializar suas propostas e ambições, fazer experimentos individuais e coletivos, trabalhar em grupo interdisciplinar, expor/discutir suas pesquisas etc.). Então, precisa-se de professor pesquisador orientador (formador), não de transmissor de conteúdo. Como conteúdo é parte, este pode ser organizado de tal modo que todos possam acessar à vontade, em qualquer lugar, a qualquer hora. Tarefa importante é mudar a mentalidade passiva estudantil, empurrando-a para a autonomia e a autoria, usando a orientação como motivação, não como tutela. Diria que, com o número atual de professores seria possível duplicar os alunos, ampliando a chance de acesso, em especial às

universidades federais. Dedicção exclusiva é uma invenção tutelar fora de lugar, porque é esdrúxulo estar “exclusivamente” a trabalho de alguma instituição. A noção correta é dedicação integral (oito horas diárias), mantendo-se os salários.

Tomando em conta que a formação na graduação é sumária (os estudantes não se tornam autores, cientistas, pesquisadores), o gasto pode ser questionado. Mas se mudarmos a rota para formar estudantes autores, cientistas, pesquisadores, os gastos poderiam justificar-se ou até aumentar, porque a qualificação seria bem mais elevada e útil ao país. Acesso a conteúdo não é problema; problema é estudar, para que disso resulte um profissional autônomo e excelente aprendiz. Embora haja críticas aos mestrados e doutorados, nesses o desafio é da autoria dos candidatos, sua autonomia, sua aprendizagem. É preciso trazer o espírito do doutorado para a graduação.

### **Poderia explicar melhor o que seria esse “espírito do doutorado” na graduação?**

No mestrado e doutorado a universidade mostra saber o que é aprender como autor, o que é “formação”, não só memorização, treinamento, instrução, transmissão de conteúdo curricular. Foca o processo em “atividades de aprendizagem”, sendo as mais expressivas ler, estudar, elaborar, pesquisar, reconstruir teorias, desenvolver a teorização própria, lidar com dados e fazê-los metodicamente. Na graduação já existe essa percepção, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, o PIBIC: uma experiência orientada de pesquisa, em geral considerada fundamental. Esta experiência, porém, mesmo bem reconhecida, não vingou satisfatoriamente: é um périplo perdido. Podemos também usar os argumentos dos educadores da infância (por exemplo, Piaget), que insistem na aprendizagem autoral desde os 4 anos de idade, em especial no que chamam de “educação científica”: a criança é naturalmente lúdica e curiosa, pergunta, duvida, quer saber; pode facilmente gostar de experimento e laboratório; aprende a argumentar e fundamentar, além de participar de uma discussão com bons modos, aprendendo a escutar, a falar na sua vez, a respeitar contra-argumentos. Chegando a criança ao ensino fundamental (alfabetização), esta experiência é ignorada: deve permanecer quieta escutando aula de 50 minutos, sem atividades de aprendizagem lúdicas e que correspondam à sua curiosidade natural. A escola não é feita para aprender, é para dar aula. A graduação também. Embora nos mestrados e doutorados ainda tenhamos aulas em excesso, seu sentido maior é formar um Autor.

### **E quanto às cotas?**

Quanto às cotas, elas nos colocam grandes desafios. Defendo-as porque temos na população gente que, se houver qualquer outro critério de seleção, não terá acesso. Ademais, em particular as universidades federais (e similares) sempre foram cota dos mais ricos. Fazer o “mesmo” vestibular não resolve, porque o candidato nunca é o “mesmo”. Cuidar de um cotista em geral é um desafio complexo, mas diria que este é o desafio da educação pública: não escolher o aluno, mas fazer de cada um deles, sobretudo dos mais marginalizados, o

melhor cidadão. Hoje até meritocracia é questionada, porque virou anteparo para um elitismo sufocante, no sentido de monopolizar numa elite as melhores chances disponíveis. Ao mesmo tempo, alunos da elite misturados com alunos pobres podem provocar reações, mas uma democracia pretende isso mesmo: misturar, porque toda sociedade democrática é misturada, igual e diversa. A universidade não pode servir ao supremacismo.

A universidade propala que a mudança mais condizente é aquela que vem pela educação. Esperamos que a universidade demonstre nela mesma essa promessa. Continua com uma graduação arcaica, totalmente reprodutiva. A crítica à invasão digital tem seu lugar, por certo, mas é míope não ver que cursos ditos presenciais também são muito precários. Lidamos hoje com duas presenças: física e virtual; não se substituem; a física é a mais fundamental. Quem estuda, está presente – seria torpe imaginar que o aluno só aprende se estiver debaixo do nariz do professor, sobretudo porque não é o professor que aprende pelo aluno; é o aluno que precisa resolver o desafio de sua autoria, sob orientação docente. Em vez de maldizer as tecnologias digitais, seria mais ajuizado aproveitá-las como instrumentação para a autoria docente e discente e mudar a universidade para uma entidade de aprendizagem e autoria. Se a universidade não quiser mudar, será mudada, à revelia.

**Ao criticar com tanta severidade o que o senhor chama de “instrucionismo” – isto é, o apego à “aula expositiva” –, em que evidências se fundamentou? Essa crítica não incorre em injustiça, ignorando aulas magistrais, instigantes, eruditas, intelectualmente provocativas?**

Aulas intelectualmente provocativas sempre cabem, mas vêm de Autores, não de Instrutores. Na resposta anterior disse que a aula autoral persiste. A evidência empírica é uma montanha no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – os dados de aprendizado adequado são miseráveis, sobretudo em matemática, enquanto a aula instrutiva tem todo dia, inutilmente. Naturalmente, pode-se questionar o Ideb, não negá-lo. Uma evidência indireta: os professores básicos deformados na universidade não são autores, cientistas, pesquisadores – só dão aula. A cobrança em prova do conteúdo memorizado reflete a colheita do que se plantou. A indústria neoliberal da educação mantém isso, apoiada pelo PISA, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da OCDE, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (produtividade e competitividade a ferro e fogo, com desprezo pela formação). A universidade, tal qual a escola, não consegue sair do instrucionismo, porque é o cânone também do menor esforço, confundindo aprender com memorizar conteúdo. No Enem de 2020, de 2,7 milhões de candidatos apenas 28 obtiveram a nota máxima em redação (CORREIO, 2021) – isto é, ninguém... Enquanto isso, 86 mil zeraram nessa avaliação. Aula houve, aos montes. O menor esforço aparece sempre que um professor resolve pedir que alunos pesquisem, façam textos próprios; vão alegar que o professor está enrolando, preferem aula. A tecnologia digital vai “facilitar” muito essa leseira. Mas, no Enem, candidatos que redigem bem são tão poucos que sequer aparecem na estatística. Isto ocorre porque, nos

cursinhos, não há atividades de aprendizagem; são um treinamento instrucionista obsessivo, oferecendo macetes de memorização, estratégias de lidar com conteúdo e redação reprodutiva. Esta situação é a cara da escola: atividades de aprendizagem não existem, pelas quais o aluno vai formando sua autoria, autonomia, formação, aprendizagem reconstrutiva própria. Este dado repete-se já há muitos anos, precisamente porque o sistema instrucionista é mantido, ignorando-se o diagnóstico. Os candidatos não redigem porque na escola não se redige, sobretudo o próprio professor não tem texto próprio. Na pedagogia e licenciatura não há formação para a autoria; professores não são autores, cientistas pesquisadores; são profissionais do ensino (repassar conteúdo curricular), não da aprendizagem; esta, porém, é a razão do ensino.

**Gostaria de insistir na questão do instrucionismo na universidade. Supondo que os docentes são mesmo autores de suas aulas, e que elas são dotadas de originalidade e instigação intelectual, não seria o caso de até aumentar sua carga horária?**

É boa provocação. Depende do que se imagina ser autor. Diria que grande parte das aulas é realmente reprodução – o professor junta trechos, mas não elabora como autor, cuja condição exigiria ainda publicar. Consideraria o arrazoado uma evasiva para salvar a aula. Diferente é quando se escuta aula de quem tem publicação reconhecida, pesquisa de peso. Um exemplo são juízes que querem “dar aula”, porque acham confortante o contato com alunos – eles podem até caprichar a aula, mas não tendo produção própria reconhecida publicada, será reprodutiva. Quanto ao desinteresse do aluno, por que ele deveria gostar de aula? A aula precisa merecê-lo! Em vez de falar do desinteresse do aluno, seria o caso de acatar a chatice de nossas aulas. Quando o aluno faz o PIBIC, dificilmente fala-se de desinteresse – ao contrário...

**Assim como as aulas universitárias, nossas pesquisas acadêmicas têm muita quantidade e pouca qualidade?**

Creio ser correto: muita quantidade, pouca qualidade. De fato, publicar não é critério de cientificidade... O jogo de poder por trás das chances de publicação parece enorme, porque são monopólios estratégicos. Não estamos sabendo resolver esse impasse e muitos não conseguem publicar. Diria que, para ter uma classificação elevada (digamos, no CNPq, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) seria imprescindível ter livros reconhecidos, com muitas edições e fartamente usados na academia. Livros foram descartados.

**O que seria esse “jogo de poder por trás das chances de publicação”?**

Se pudesse evocar o destemor de Michel Foucault, quando disse, em *A ordem do discurso*, que todo discurso é um dispositivo de poder, vejo na disputa por publicação nas melhores revistas essa fúria funcionando. Primeiro, quem garante qual é a melhor revista? Segundo,

quem é o avalista disso? Muitas vezes são avaliadores que não são avaliados, porque acham ter uma posição insuperável e já não precisam ser avaliados. Terceiro, por que só “artigos”? Talvez porque o controle seja mais importante que a qualidade. Por conta da pressão por “excelência”, os donos da excelência afunilam o quanto podem, porque a questão central não é a qualificação dos cientistas, mas o supremacismo do topo. O jogo de poder é natural, porque a ciência é também poder, mas tornou-se sufocante, prepotente, insidioso. Diria que é um colonialismo moderno das mentes, com estigmas da “seleção natural”. Ou, para citar uma tirada forte de Boaventura dos Santos, é um “império cognitivo”, à feição de um Iluminismo da supremacia, que define, sozinho, o que é qualidade científica.

**Que impacto a Inteligência Artificial terá no ensino superior brasileiro? A universidade pensa seus métodos de ensino? Se não, por quê?**

Há uma ironia nisso: a universidade vai mudar, não porque siga sua própria máxima – a mudança mais condizente é pela via da educação –, mas porque vai ser abalroada pela crise trazida pelo mundo digital. Se for minimamente coerente, vai aproveitar a crise para se reinventar. Ou será engolida. Primeiro, tendo o acesso à informação, ao conteúdo, às teorias e às pesquisas se tornado ubíquo, frequentar a universidade só para ver conteúdo será impróprio, pois pode-se ver em qualquer lugar. Isto vale sobretudo para faculdades que oferecem aulas para alunos que estudam à noite, por vezes percorrendo longas distâncias. A aula vai persistir, também porque é xodó do professor, mas terá seu lugar revisto. A aula que vale a pena será aquela de um pesquisador, autor reconhecido, que traz inovações ou se mantém renovado e renovador. As outras, reprodutivas, se tornarão dispensáveis. Segundo, se for só para “dar aula”, computador é preferível, porque, usando plataformas digitais avançadas, oferece conteúdo muito mais atualizado e pertinente. Terceiro, se houver plataforma de analítica digital com megadados suficientes dos alunos, pode escavar os padrões intelectuais e oferecer o conteúdo de que o aluno precisaria, personalizando a oferta. Quarto, com ChatGPT ou plataforma similar, é possível ter um texto relativamente aproveitável sobre qualquer tema, o que propõe ao alunado outro “acesso” a plágios “inteligentes”, e isto pode incluir um componente a mais na crise digitizada (“digitizar” é um neologismo que criei e significa transformar um texto em objeto digital): como controlar as provas? Quinto, a fixação em cursos de presença física é arcaica, seja porque, ao contrário do que se propala, cursos ditos presenciais podem ser tão ruins quanto os on-line ou virtuais. Focando a aprendizagem, esta se dá na mente do estudante, não na aula (esta é mediação); o tipo de presença (física ou virtual) não é a questão maior; ambas podem ser úteis, ou inúteis, embora a física seja a fundante, original. Cursos apenas virtuais não são adequados, porque a relação pedagógica solicita interação física, ao lado das práticas de aprendizagem. O curso do futuro parece que vai ser “híbrido”, mesclando presença física e virtual, sendo esta preponderante. Já é assim no mestrado e doutorado: cursos físicos tomam tempo menor; o maior é para leitura, estudo, pesquisa e elaboração da dissertação ou tese.

A chance que esperaria é, finalmente, descobrir a aprendizagem autoral, razão maior da pesquisa e da emancipação, muito além do mero ensino. Alunos frequentam a universidade para aprender, não para plagiar conteúdo e isto implica “atividades de aprendizagem” (ler, estudar, elaborar, pesquisar, argumentar...). A montanha de salas de aula precisa virar um cenário diverso de chances de aprender, espaços diversificados de aprendizagem, sob orientação docente. Pode-se também aprender a usar o digital para aprender, apropriando-se dessa instrumentação para qualificar a formação discente. É difícil acreditar que a universidade se reinvente. Mas talvez os estudantes, que em geral apreciam o digital, se rebelem e empurrem para mudanças importantes, descobrindo autorias digitais. O modelo vigente de ensino preserva o profeta do conteúdo, silenciando o aluno. O mundo digital pode esvaziar esse profeta, se ele só profetiza conteúdo reprodutivo.

A Inteligência Artificial emerge de um objeto que processa informação, mas não tem autoria intersubjetiva. Computador é objeto que não conhece formação, aprendizagem semântica, não questiona, sobretudo não se questiona. Mas a IA faz coisas lineares ou sequenciais melhor que os humanos, em termos de processamento da informação, e podemos bem aproveitar isso. Por exemplo, usar imagem para argumentação, não só para ilustração; aproveitar o acesso ubíquo à informação para trabalhar tanto mais a formação do estudante, via pesquisa, elaboração própria, individual e coletiva.

### **É possível imaginar uma universidade sem aula?**

Não precisamos eliminar a aula, pois ela não é a vilã maior. Precisamos eliminar o instrucionismo, a reprodução de conteúdo, a passividade discente, o diploma copiado. A universidade que possui grandes professores pesquisadores quer ouvir deles o que têm a dizer, suas pesquisas, seus resultados, suas visões da sociedade e da ciência. Também é útil trazer pesquisadores de fora para nos informar sobre o estado da arte. No entanto, o acesso à informação geral e ao conhecimento amalhado, tornando-se ubíquo, precisa ser visto de modo atualizado, contando com as tecnologias digitais e suas plataformas em evolução, não podendo mais ser o centro da função universitária. O conhecimento científico, sendo uma das maiores autorias humanas, precisa ser sempre reinventado, não reproduzido. A universidade fica melhor como referência privilegiada de vivência da ciência e de seus avanços. A aula-instrução não pode substituir a vivência formativa que solicita professores formadores das novas gerações. Isto colocaria a universidade como farol fundamental do redesenho do futuro, não como eco do que já passou.

Em que pese a crítica aos mestrados e doutorados, neles a aula sempre existe (em excesso, para o meu gosto), mas é secundária. Como processo formativo, o peso está na pesquisa, na elaboração própria, em estudar, elaborar texto próprio. Visivelmente busca-se a formação de autores, não mera reprodução curricular. Quando a graduação fica fora desse contexto, os alunos são desperdiçados, em grande parte.



**Em *Outra universidade* o senhor diz que, arquitetonicamente, nossas instituições de ensino superior deveriam se inspirar nos bazares persas (DEMO, 2011, p. 83). Gostaria de invocar essa imagem para que o senhor traduza em termos espaciais essa universidade que imagina.**

Concordo com sua observação. Vou sugerir que a arquitetura deveria orientar-se pela função aprendizagem, não só pelo ensino: espaços instigantes de aprendizagem, que promovam leitura, estudo, elaboração, pesquisa, espaços individualizados e coletivos. Isto não impede de termos grandes auditórios, mas eles têm limite, também porque o alcance virtual, em parte, os substitui. Usei a noção de palácio para marcar a tendência a ver ciência como algo palaciano e hoje estamos mais interessados no acesso popular. Os espaços de aprendizagem precisam conter propostas insistentes de “educação científica”, também para que ela seja sempre parte da formação do estudante (começa, na verdade, no pré-escolar). Ultimamente, na discussão com a pedagogia docente (escola), tenho acentuado a ideia de que o professor precisa ser autor, cientista, pesquisador, em grande parte porque queremos um aluno autor, cientista, pesquisador. A arquitetura universitária continua professoral. Orientando-se pela função aprendizagem, a arquitetura tenderia a aproximar-se dos bazares persas, como você sugere. Misturar as disciplinas e áreas é parte da reformulação pretendida atualmente. Embora por vezes precisemos de conhecimentos separados para o aprofundamento verticalizado (especializações), o conhecimento mais formativo é holístico. Precisamos de uma arquitetura correspondente.

**A ideia do espaço universitário inspirado no bazar persa é sua, por isso mesmo gostaria que a desenvolvesse um pouco mais.**

É preciso multiplicar o conceito de espaços de aprendizagem, transformando o campus num "caos". É preciso alterar conceitualmente a arquitetura física da universidade: de templo (ou conjunto de prédios que não se diferencia, por exemplo, de um complexo hospitalar) para bazar, mas em seu significado radical, persa (*bāzār*): "lugar dos preços" onde se vende de tudo, inclusive produtos exóticos e alegria pelo concurso de atores de rua, mágicos, cartomantes, contorcionistas, cantores, encantadores de serpentes, malabaristas... O grande paradoxo é esse: a universidade tem tudo para ser isso e muito mais (pois tem gente inteligente e criativa), mas não é. Não é assim porque deixou de ser, se é que foi um dia, o lugar de potência disruptiva e rebelde do pensamento.

**Ainda em *Outra universidade* o senhor diz que a extensão é a “má consciência” da instituição (DEMO, 2011, p. 13). Como assim?**

A universidade não se preocupa com a formação do estudante, porque se organiza em torno do repasse curricular, em geral via aula. No entanto, uma entidade educacional precisa oferecer formação. Como ela está faltando, recorreu-se à extensão, termo muito infeliz, porque é um “puxadinho” que começou voluntário (hoje está sendo “curricularizado”). Na Europa não se usa o termo, e a universidade tem dois objetivos maiores: formar novas

gerações e produzir conhecimento próprio novo. O termo “má consciência” indica o ato falho que é a extensão: reconhece que a formação cidadã falta na universidade e, então, acha um cantinho lateral forçado para ela. O movimento atual em torno de valorizar a extensão como compromisso da universidade com a sociedade e com a formação do estudante (além do treinamento, da instrução) tem seus méritos, embora fosse mais interessante abandonar o termo “extensão”. “Curricularizar” a extensão mantém o ato falho, embora sua pretensão seja colocar a formação cidadã no centro da universidade. Cidadania não pode ser “extensão”, é essência.

Um dos aspectos mais negativos do termo extensão foi, no início, manter a formação como pretensão lateral, eventual, voluntária, conservando o instrucionismo (toneladas de aula) como base da função universitária. Hoje, o movimento em favor da “curricularização” postula também incorporar experiências de pesquisa e produção própria, a exemplo do PIBIC, visando estilos autorais de formação.

## REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. Uma democracia que se volta contra o povo. *Leonardo Boff*. 2023. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2014/06/18/uma-democracia-que-se-volta-contr-o-povo/>. Acesso em: 27 maio 2023.
- Enem: 28 candidatos alcançam nota mil e mil zeram redação. *Correio*, Salvador, 29 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/enem-28-candidatos-alcancam-nota-mil-e-86-mil-zeram-redacao/?fbclid=IwAR1ODEEAvGXjK-wcqoldtBh3vmyhaQiPAYoFMbRnC0TaZrCIC2cJaD-0Vjl>. Acesso em: 27 maio 2023.
- DEMO, Pedro. *A força sem força do melhor argumento: ensaio sobre "novas epistemologias virtuais"*. Brasília: IBICT, 2010.
- DEMO, Pedro. *Dialética de felicidade*. Petrópolis: Vozes, 2001, v. 3.
- DEMO, Pedro. *Outra universidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

### **Pedro Demo**

É professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da UnB e docente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos dessa mesma universidade. Foi secretário-geral adjunto do Ministério da Educação e presidente do INEP. Graduado em Filosofia e doutor em Sociologia pela Universidade do Sarre (Alemanha), fez seu pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Los Angeles (EUA).

pedrodemo@gmail.com

### **Joaci Pereira Furtado**

Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, é mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Foi autor de livros didáticos e paradidáticos de História, editor de literatura e ensaio na Globo Livros e nos selos Tordesilhas e Tordesilhinhas e professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

joacif@hotmail.com

#### **Como citar este documento – ABNT**

DEMO, Pedro; FURTADO, Joaci Pereira. Outra universidade é possível: entrevista com Pedro Demo. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 13, e044855, p. 1-11, 2023. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2023.44855>.